

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



O Dever do Estado Democrático de Direito de Preservação do Meio Ambiente

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Maurício Marques Da Silva Neto

Renato Horta Rezende

Luciana Calado Pena

Mariane Braga Alves

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A preservação do meio ambiente é uma questão urgente e crucial para a sobrevivência das gerações futuras. No contexto da globalização e da crescente industrialização, o Estado Democrático de Direito desempenha um papel fundamental na proteção dos recursos naturais. Nesta pesquisa, exploramos como o Estado pode cumprir seu dever de preservação ambiental, considerando os desafios da poluição e a importância da reciclagem. O Brasil é o quarto país que mais consome produtos derivados de petróleo, especificamente o plástico, e infelizmente uma porcentagem insignificante de todo esse consumo é reciclada.

Objetivo

Investigar como o Estado Democrático de Direito pode promover políticas eficazes de preservação ambiental, incentivando práticas sustentáveis e conscientizando a sociedade sobre a importância da reciclagem.

Material e Métodos

Analisamos legislações ambientais, estudos científicos e dados relacionados à poluição e à reciclagem. Acompanhamos estudos sobre estatística de poluição.

Consultamos livros e matérias jornalísticas sobre o tema, ouvimos especialistas falando sobre a necessidade do Brasil se tornar uma nação sustentável. Diversos Estudos sobre poluição foram vistos, tais estudos mostraram como a reciclagem e reaproveitamento são de baixa escala.

Resultados e Discussão

Nossos resultados destacam a necessidade de regulamentações mais rigorosas para combater a poluição e promover a reciclagem. Discutimos os impactos da industrialização e da globalização no meio ambiente e como o Estado pode liderar iniciativas para mitigar esses efeitos. Vimos que a falta de uma lei severa sobre a poluição dão margem para que empresas se aproveitem da falta de fiscalização e negligenciem se dos cuidados devidos, pois nossa lei trata que a responsabilidade sobre o meio ambiente também recai sobre as empresas. A falta de coleta seletiva a nível nacional e a falta de educação a respeito da importância da reciclagem propiciam um cenário em

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



que não percebemos produtos reciclados em abundância.

Conclusão

O Estado Democrático de Direito tem a responsabilidade de preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A conscientização da sociedade e a implementação de políticas eficazes são essenciais para alcançar esse objetivo.

Referências

Direito e Meio Ambiente: reflexões sobre globalização e sustentabilidade - Jéssyka Maria Nunes Galvão